Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 17 de abril de 2013. Edição n° 1161

Nesta edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
Boletins.....2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
Boletins de Pessoal 2
Súmulas de contratos.....2
Avisos de licitações.....2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS
Boletins.....3
Súmulas de convênios.....8

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
Boletins.....8

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA
Avisos.....2

ANA CAROLINA MICHEL MARTINS:01926891007
Digitally signed by ANA CAROLINA MICHEL MARTINS:01926891007
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=(EM BRANCO), ou=Autenticado por AR Certisign, cn=ANA CAROLINA MICHEL MARTINS:01926891007
Date: 2013.04.17 09:31:38 -03'00'

Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul

Porto Alegre, 17 de abril de 2013. www.mp.rs.gov.br Edição n° 1161

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

BOLETIM N.º 173/2013

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, JOSÉ BARRÔCO DE VASCONCELLOS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE:**

DESIGNAR

- o Dr. ANDRÉ FERNANDO JANSON CARVALHO LEITE, 2º Promotor de Justiça Cível, para oferecer denúncia, bem como para acompanhar o feito contra Eduardo de Souza Velho, com base no Inquérito Policial n.º 1160/2011/100430/A, oriundo da 2ª Vara Criminal da Comarca de Cachoeirinha, e, no caso de suas férias, impedimentos ou ausências, o Promotor de Justiça Substituto de escala, que não esteja impedido (Port. 0704/2013).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de abril de 2013.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete,
Secretária-Geral.

BOLETIM N.º 174/2013

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, JOSÉ BARRÔCO DE VASCONCELLOS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE**:

DESIGNAR, nos termos do Provimento n.º 61/2005 e de acordo com as Leis Estaduais n.º 11.732/02 e 12.279/05:

- pelo período de 24 meses, a contar do dia 28/03/2013, DANIELA GOMES OPPITZ, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, conforme Termo de Adesão n.º 487, na modalidade "serviço voluntário cidadão" (Port. 0675/2013).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de abril de 2013.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete,
Secretária-Geral.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

BOLETIM N.º 175/2013

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE:**

CONSIDERAR

- habilitado para tomar posse, a contar de 04/04/2013, no cargo de Agente Administrativo, Classe "M", RODRIGO MAYER, tendo entrado em exercício em 16/04/2013.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de abril de 2013.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

TERMO DE RETIFICAÇÃO
CONTRATO DE LICENCIAMENTO DE SOFTWARES
PROCESSO N.º 2020-09.00/12-3

O **DIRETOR-GERAL** da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, retifica a cláusula quarta do Contrato de Licenciamento de Softwares – AJDG n.º 93/2012, celebrado com a empresa Tocatto Tecnologia em Sistemas Ltda., decorrente do Pregão Eletrônico n.º 28/2012, para fazer constar que o valor do serviço de consultoria é o que segue e não como constou: h) consultoria: R$ 52.737,00 (cinquenta e dois mil setecentos e trinta e sete reais) – (valor unitário R$ 175,79 – cento e setenta e cinco reais e setenta e nove centavos).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de abril de 2013.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

TERMO DE RETIFICAÇÃO
CONTRATO DE LICENCIAMENTO DE SOFTWARES
PROCESSO N.º 2020-09.00/12-3

O **DIRETOR-GERAL** da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, retifica o 1º Termo Aditivo ao Contrato de Licenciamento de Softwares – AJDG n.º 93/12, celebrado com a empresa Tocatto Tecnologia em Sistemas Ltda., decorrente do Pregão Eletrônico n.º 28/2012, bem como o seu extrato, publicado no Diário Eletrônico deste Ministério Público Estadual de 1º de novembro de 2012, para fazer constar que o valor a ser acrescido ao objeto do ajuste é o que segue e não como constou: R$ 13.184,25 (treze mil cento e oitenta e quatro reais e vinte e cinco centavos).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de abril de 2013.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

Aviso de abertura de licitação

Convite n.º 04/2013 (Processo n.º 001217-09.00/13-8) Tipo menor preço global. **Objeto**: contratação de serviços de enge-

nharia visando à elaboração de projetos estruturais e de fundações para as sedes do Ministério Público em Agudo, Camaquã, Porto Alegre – Regional da Restinga e Santo Ângelo, com vigência de 12 meses, conforme Convite e seus Anexos. **Data e horário de abertura**: **25/04/2013, às 14 horas.**

Local: Rua General Andrade Neves, 106, 18.º andar, Centro, Porto Alegre (RS). **Edital**: http://www.mp.rs.gov.br/licitacao/convite. **Informações gerais**: e-mail, cplic@mp.rs.gov.br. Base legal: Lei n.° 8.666/93, e alterações.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 16 de abril de 2013.

MICHEL CORRÊA MURAD,
Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM N.° 03/2013 - CAOURB

A COORDENADORA DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA ORDEM URBANÍSTICA E QUESTÕES FUNDIÁRIAS cientifica, na forma do § 2° do artigo 7° da Resolução n.° 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que foram instaurados os seguintes expedientes investigativos:

1) Inquérito Civil n.° 55/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, com a finalidade de investigar antigo Lote n°66 do Travessão Soferino – Loteamento Irregular ou Clandestino – Regularização Fundiária e Proteção ao Direito de Moradia, tendo como investigado Município de Caxias do Sul.

2) Inquérito Civil n.° 02/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Susana Cordero Spode, da Promotoria de Justiça de Mostardas , com a finalidade de fiscalizar Termo de Ajustamento de Conduta firmado com a Prefeitura de Mostardas/RS, referente a ocupações irregulares na localidade de Caieira, tendo como investigado Prefeitura de Mostardas/RS.

3) Inquérito Civil n.° 24/2013, instaurado pela Promotora de Justiça, Cristiane Della Méa Corrales, da Promotoria de Justiça Especializada de Osório , com a finalidade de investigar ausência de Plano de Prevenção Contra Incêndios – PPCI, no prédio do Grêmio Esportivo Sulbrasileiro, localizado na Rua Garibaldi, n.° 65, nesta cidade, tendo como investigado Grêmio Esportivo Sulbrasileiro.

4) Inquérito Civil n.° 13/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Bruno Pereira Pereira, da Promotoria de Justiça de Canela , com a finalidade de acompanhar a regularização ou o fechamento da Boate Chalé da Serra localizada na Rua Silvino Zanata, n.º 1191, Bairro Saiqui, em Canela, cuja edificação não possui de Plano de Prevenção Contra Incêndio, tendo como investigado Boate Chalé da Serra.

5) Inquérito Civil n.° 05/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Everton Luís Resmini Meneses, da Promotoria de Justiça de Pinheiro Machado, com a finalidade de averiguar a acessibilidade em prédios públicos e calçadas, tendo como investigado Município de Pinheiro Machado.

6) Inquérito Civil n.° 02/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Luana Rocha Ribeiro, da Promotoria de Justiça de Pedro Osório, com a finalidade de investigar poluição sonora, alta velocidade e ausência de limpeza no trecho de concessão ferroviária que corta a cidade de Cerrito/RS, tendo como investigado América Latina Logística.

7) Inquérito Civil n.° 3/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Luana Rocha Ribeiro, da Promotoria de Justiça de Pedro Osório, com a finalidade de investigar possível ausência de Plano de Prevenção contra Incêndio e Alvará do Corpo de Bombeiros pela Paróquia São José, tendo como investigado Município de Pedro Osório e Paróquia de São José.

8) Inquérito Civil n.° 65/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Rochelle Danusa Jelinek, da Promotoria de Justiça Especializada de Alvorada , com a finalidade de apurar potencial infração à ordem urbanística em razão da obstrução de passeios, canteiros e outros espaços públicos no Município de Alvorada a fim de melhorar a adequação do espaço urbano e as condições de acessibilidade e locomoção, tendo como investigado o Município de Alvorada.

9) Inquérito Civil n.° 20/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, da Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves, com a finalidade de averiguar a existência de previsão legal para projeção da Rua 13 de Maio até a Rua Fortaleza/10 de Novembro , tendo como investigado o Município de Bento Gonçalves.

10) Inquérito Civil n.° 11/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Ricardo Cardoso Lazzarin, da Promotoria de Justiça Especializada de Camaquã, com a finalidade de apurar a possível ocorrência de riscos à população em razão do mau estado de conservação e condições da ponte sobre o Arroio Velhaco (Ponte João Goulart), tendo como investigado o Município de Arambaré.

11) Inquérito Civil n.° 13/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, com a finalidade de investigar Loteamento Vila Amélia II – Proximidades do Shopping Iguatemi – Áreas privadas lindeiras à linha férrea (área Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA) que são objeto de ordem judicial de desocupação nos autos do processo nº010/1.08.0019121-0, tendo como investigado Município de Caxias do Sul.

12) Inquérito Civil n.° 01/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Marcelo Augusto Squarça, da Promotoria de Justiça de Três Passos, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de eventuais deficiências na fiscalização dos estabelecimentos e eventos, públicos e privados, onde haja ou possa haver aglomeração de pessoas e, respectivo exercício do poder de polícia administrativo, tendo por investigados Município de Três passos, Município de Bom Progresso, Município de Esperança do Sul, Município de Tiradentes do Sul e Estado do Rio Grande do Sul.

13) Inquérito Civil n.° 02/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Renato Moura Tirapelle, da Promotoria de Justiça de Giruá, com a finalidade de Investigar potencial infração à or-

dem urbanística em razão de eventual descumprimento da Lei Municipal nº 2522/02, na construção de um posto de combustível na esquina da Rua Aimoré com a Avenida Bento Gonçalves, em Giruá – RS, tendo como investigados Município de Giruá, Elizangela Bellendier, Maicon Regis Friederich, Flori Bellendier, Salete Maria Friederich e B.F. Comércio de Combustíveis Ltda.

14) Inquérito Civil n.° 56/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, com a finalidade de investigar Travessão Carlos Gomes/Lote n.°5- Loteamento Irregular ou Clandestino, tendo como investigado Amadeu Henrique Rossi.

15) Inquérito Civil n.° 57/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, com a finalidade de investigar Travessão Herminia – São Virgílio/6ª Légua – Loteamento Irregular ou Clandestino, tendo como investigado Amadeu Henrique Rossi.

16) Inquérito Civil n.° 48/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, com a finalidade investigar atividade em desacordo com a licença de operação expedida pelo órgão ambiental competente, tendo como investigado MRZ Metais LTDA.

17) Inquérito Civil n.° 52/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Lucio Flavo Miotto, da Promotoria de Justiça de Veranópolis com a finalidade de incluir o nome do Sr. IRANI JOÃO SOCCOL como parte investigada no procedimento em epígrafe.

18) Inquérito Civil n.° 04/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Rogério Fava Santos, da Promotoria de Justiça da Comarca de Planalto , com a finalidade de apurar potencial infração à ordem urbanística em razão de eventuais deficiências na fiscalização dos estabelecimentos e eventos, públicos e privados, onde haja ou possa haver aglomeração de pessoas, e respectivo exercício do poder de polícia administrativo, tendo como investigados o Município de Alpestre e o Corpo De Bombeiros De Nonoai.

19) Inquérito Civil n.° 03/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Rogério Fava Santos, da Promotoria de Justiça da Comarca de Planalto, com a finalidade de apurar potencial infração à ordem urbanística em razão de eventuais deficiências na fiscalização dos estabelecimentos e eventos, públicos e privados, onde haja ou possa haver aglomeração de pessoas, e respectivo exercício do poder de polícia administrativo, tendo como investigados o Município De Planalto e o Corpo De Bombeiros De Nonoai.

20) Inquérito Civil n.° 01/2013, instaurado pela Promotora de Justiça, da Promotoria de Justiça de Rodeio Bonito Daniela Pires Schwab, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de eventuais deficiências na fiscalização dos estabelecimentos e eventos públicos e privados, onde haja ou possa haver aglomeração de pessoas, e respectivo exercício do poder de polícia administrativo, tendo como investigado Município de Rodeio Bonito e Estado do Rio Grande do Sul.

21) Inquérito Civil n.° 02/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Daniela Pires Schwab, da Promotoria de Justiça de Rodeio Bonito, com a finalidade de esclarecer o seguinte fato: potencial infração à ordem urbanística em razão de eventuais deficiências na fiscalização dos estabelecimentos e eventos públicos e privados, onde haja ou possa haver aglomeração de pessoas, e respectivo exercício do poder de polícia administrativo, tendo como investigado.

22) Inquérito Civil n.° 35/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Max Roberto Guazzelli, da Promotoria de Justiça de Gramado, com a finalidade de investigar potencial à ordem urbanística em razão de eventuais deficiências na fiscalização dos estabelecimentos e eventos, públicos e privados, onde haja ou possa haver aglomeração de pessoas, e respectivo exercício do poder de polícia administrativo, tendo como investigados o Município de Gramado e Estado do Rio Grande do Sul.

23) Inquérito Civil n.° 03/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Daniela Pires Schwab, da Promotoria de Justiça de Rodeio Bonito, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de eventuais deficiências na fiscalização dos estabelecimentos e eventos públicos e privados, onde haja ou possa haver aglomeração de pessoas, e respectivo exercício do poder de polícia administrativo, tendo como investigados o Município de Ametista do Sul e Estado do Rio Grande do Sul.

24) Inquérito Civil n.° 04/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Daniela Pires Schwab, da Promotoria de Justiça de Rodeio Bonito, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de eventuais deficiências na fiscalização dos estabelecimentos e eventos públicos e privados, onde haja ou possa haver aglomeração de pessoas, e respectivo exercício do poder de polícia administrativo, tendo como investigado Município de Jaboticaba e Estado do Rio Grande do Sul.

25) Inquérito Civil n.° 05/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Daniela Pires Schwab, da Promotoria de Justiça de Rodeio Bonito, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de eventuais deficiências na fiscalização dos estabelecimentos e eventos públicos e privados, onde haja ou possa haver aglomeração de pessoas, e respectivo exercício do poder de polícia administrativo, tendo como investigado Município de Novo Tiradentes e Estado do Rio Grande do Sul.

26) Inquérito Civil n.° 06/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Daniela Pires Schwab, da Promotoria de Justiça de Rodeio Bonito, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de eventuais deficiências na fiscalização dos estabelecimentos e eventos públicos e privados, onde haja ou possa haver aglomeração de pessoas, e respectivo exercício do poder de polícia administrativo, tendo como investigado o Município de Cerro Grande e Estado do Rio Grande do Sul.

27) Inquérito Civil n.° 07/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Daniela Pires Schwab, da Promotoria de Justiça de Rodeio Bonito, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de eventuais deficiências na fiscalização dos estabelecimentos e eventos públicos e privados, onde haja ou possa haver aglomeração de pessoas,

e respectivo exercício do poder de polícia administrativo, Município de Pinhal e Estado do Rio Grande do Sul.

28) Inquérito Civil n.° 62 /2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, com a finalidade de investigar risco de incêndio - Edifício Aldo Locatelli, Rua Pinheiro Machado, 2614 - PPCI - Plano de proteção e Combate Contra Incêndio, tendo como investigado Edifício Aldo Locatelli, neste Município.

29) Inquérito Civil n.° 02/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Débora Rezende Cardoso, da Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo, com a finalidade de investigar irregularidades no Loteamento Colina, o qual faz parte do Programa Habitacional Popular Minha Casa Minha Vida, tendo como investigado HIDI – Associação de Desenvolvimento e Integração Humana, localizada na Rua Marquês do Herval, nº 479, Bairro Centro, nesta Cidade.

30) Inquérito Civil n.° 03/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Ricardo Schinestsck Rodrigues, da Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo, com a finalidade de investigar irregularidades nas instalações elétricas e no sistema de combate a incêndio, tendo como investigado Factory Beer LTDA.

31) Inquérito Civil n.° 04/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Ricardo Schinestsck Rodrigues, da Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo, com a finalidade de Verificar a situação de proteção histórico-cultural dos imóveis: 1. Rua Ernesto Mutzel, nº. 59, Bairro Centro. 2. Rua Lindolfo Collor, nº 301, Bairro Centro. 3. Rua Marquês do Herval, nº. 814, Bairro Centro. 4. Rua são Joaquim, nº. 600 Bairro Centro. 5. Rua da Praia, nº. 253 Bairro Rio dos Sinos, tendo como investigado Prefeitura Municipal de São Leopoldo.

32) Inquérito Civil n.° 05/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Ricardo Schinestsck Rodrigues, da Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo, com a finalidade de denunciar problemas de segurança no Bourbon Shopping de São Leopoldo, local onde já houve acidente, com a morte de uma criança, por queda no vão entre a escada rolante, tendo como investigado Shopping Bourbon.

33) Inquérito Civil n.° 03/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Cristiana Müller Chatkin, da Promotoria de Justiça de Piratini, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de eventuais deficiências na fiscalização da regularidade dos estabelecimentos e eventos, públicos ou privados, de qualquer natureza, onde haja ou possa haver aglomeração de pessoas., tendo como investigados o Município de Piratini e Corpo de Bombeiros.

34) Inquérito Civil n.° 08/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Clarissa Ammélia Simões Machado, da Promotoria de Justiça Especializada de Carazinho, com a finalidade de investigar eventuais deficiências na estrutura física do Clube Caixeral, que possam estar colocando em risco potencial e/ou concreto a integridade física de seus frequentadores, bem assim a ordem urbanística e a segurança pública, tendo como investigados o Clube Caixeral, os locatários do espaço físico deste (a serem apurados), o Município de Carazinho e o Corpo de Bombeiros.

35) Inquérito Civil n.° 04/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Luana Rocha Ribeiro, da Promotoria de Justiça de Pedro Osório, com a finalidade de investigar a causa da demora na entrega das 27 casas populares construídas pelo Município de Pedro Osório no Bairro Jaime Pons, nesta Cidade, tendo como investigados o Município de Pedro Osório e CPC Construtora.36)

36) Inquérito Civil n.° 77/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Alécio Silveira Nogueira, da Promotoria de Justiça Cível de Bento Gonçalves, com a finalidade de apurar a alteração de zoneamento urbano para atendimento de interesse particular de Vereador de Bento Gonçalves, tendo como investigados Gilmar Pessuto, Cláudio Marcelo Germiniani e Roberto Lunelli.

37) Inquérito Civil n.° 46/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Fábio Roque Sbardellotto, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão da ausência de alvará de Plano de Prevenção Contra Incêndio, nos termos da Lei Complementar nº 420/98, do Condomínio Edifício localizado na Avenida Cristóvão Colombo, 3038, bairro Floresta, nesta Capital, tendo como investigado o Condomínio Edifício, bairro Floresta, nesta Capital.

38) Inquérito Civil n.° 45/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Norberto Cláudio Pâncaro Avena, da Promotoria de Justiça Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão da ausência de alvará de Plano de Prevenção Contra Incêndio, nos termos da lei complementar nº 420/98, do Condominio Edifício Centro Profissional Ramiro Barcelos, localizado na Rua Ramiro Barcelos nºs 1793, 1803 e 1805, bairro Independência, nesta Capita, tendo como investigado o Condomínio Edifício Centro Profissional Ramiro Barcelos.

39) Inquérito Civil n.° 43/2013, instaurado pelos Promotores de Justiça Luciano de Faria Brasil, Norberto Cláudio Pâncaro Avena e Fábio Roque Sbardellotto, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística, com a finalidade de investigar a eficiência do sistema de fiscalização e de aplicação de penalidades aos prédios/estabelecimentos situados no Município de Porto Alegre que não estejam em conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 420/98 e que não possuam Alvará de Conformidade expedido pelo Corpo de Bombeiros e/ou Alvará de Localização e Funcionamento expedido pela SMIC, tendo como investigados o Município de Porto Alegre e o Estado do Rio Grande do Sul.

40) Inquérito Civil n.° 42/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Luciano de Faria Brasil, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de eventual desobediência à ordem de inscrição das famílias nos programas habitacionais do DEMHAB, no município de Porto Alegre, tendo como investigados o Município de Porto Alegre e o DEMHAB.

41) Inquérito Civil n.° 41/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Fábio Roque Sbardellotto, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística , com a finalidade

de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão da invasão de área pública no final da Av. Álvares Cabral, em frente ao ECO PONTO, nesta Capital, tendo como investigado o Município de Porto Alegre.

42) Inquérito Civil n.° 40/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Fábio Roque Sbardellotto, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de suposta ausência de Habite-se e Plano de Prevenção Contra Incêndio do Hospital Petrópolis de Porto Alegre, nesta Capital, tendo como investigado o Hospital Petrópolis de Porto Alegre.

43) Inquérito Civil n.° 39/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Luciano de Faria Brasil, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de ausência de PPCI do Edifício Dora, localizado na Av. Protásio Alves, 3208, 3210, 3212, 3216 e 3220, nesta Capital, tendo como investigado o Condomínio do Edifício Dora.

44) Inquérito Civil n.° 38/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Fábio Roque Sbardellotto, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de suposta irregularidade e ausência de alvará de PPCI, nos termos da Lei Complementar nº 420/98, no estabelecimento comercial Refugiu's Mega Danceteria, localizado na Rua Marcílio Dias, 290, nesta Capital, tendo como investigado o proprietário do estabelecimento identificado.

45) Inquérito Civil n.° 37/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Luciano de Faria Brasil, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão da ausência de Habite-se e Alvará de PPCI, nos termos da Lei Complementar nº 420/98, no SERPRO Regional de Porto Alegre, localizado na Av. Augusto de Carvalho, 1133, bairro Cidade Baixa, nesta Capital, tendo como investigado o SERPRO Regional de Porto Alegre.

46) Inquérito Civil n.° 36/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Norberto Cláudio Pâncaro Avena, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão da ausência de alvará de PPCI para o estabelecimento denominado Café Moinhos, localizado na Rua Quintino Bocaiúva, 837, bairro Moinhos de Vento, nesta Capital, tendo como investigado o proprietário do estabelecimento identificado.

47) Inquérito Civil n.° 35/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Norberto Cláudio Pâncaro Avena, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de suposta irregularidade na troca do gradil do Condomínio localizado na Av. Palmira Gobbi, 1115, bairro Humaitá, nesta Capital, tendo como investigado o síndico do condomínio identificado.

48) Inquérito Civil n.° 08/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça João Paulo Bittencourt Cardozo, da Promotoria de Justiça de Palmeira das Missões, com a finalidade de aferir a falta de distribuição de água potável para pessoas residentes na Linha Cordilheira, Passo Grande, interior do Município de São Pedro das Missões, tendo como investigado Município de São Pedro das Missões - RS.

49) Inquérito Civil n.° 48/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça, da Promotoria de Justiça , com a finalidade de Exercer atividade em desacordo com a licença de operação expedida pelo órgão ambiental competente, tendo como investigado MRZ Metais LTDA, neste Município.

50) Inquérito Civil n.° 5/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Ricardo Schinestsck Rodrigues, da Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo, com a finalidade de apurar eventual falta de segurança aos usuários do Bourbon Shopping de São Leopoldo, em relação ao sistema de guarda-corpos de proteção contra quedas, tendo como investigado Bourbon Shopping de São Leopoldo.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 28 de março de 2013.

JOSIANE SUPERTI BRASIL CAMEJO,

Coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias.

De acordo.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM N.º 022/2013

O COORDENADOR DO CENTRO OPERACIONAL CÍVEL E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO cientifica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que no Ministério Público do Rio Grande do Sul, foram instaurados os seguintes Inquéritos Civis:

1) Inquérito Civil, nº 00852.00004/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça José Alexandre da Silva Zachia Alan, da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande, com a finalidade de apurar possíveis desvios de função na Câmara de Vereadores do Rio Grande.

2) Inquérito Civil, nº 00732.00007/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Ricardo Cardoso Lazzarin, da Promotoria de Justiça Especializada de Camaquã, com a finalidade de investigar servidor municipal que em horário de expediente, em benefício próprio, utiliza a máquina pública para construir um sítio eletrônico ou blog, além de se utilizar de informações privilegiadas, realizando, também, concorrência desleal por aviltar os preços de anúncios.

3) Peça de Informação, nº 00864.00014/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Ricardo Lozza, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria, com a finalidade de investigar loteamento irregular.

4) Inquérito Civil, nº 00763.00061/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça em substituição Luciano Vaccaro, da Promotoria de Justiça Cível de Erechim, com a finalidade de investigar eventuais ilícitos de improbidade administrativa e lesão ao erário em decorrência de possíveis irregularidades no pagamento de diárias, inscrições, despesas de combustível e trans-

porte em favor de membros e agentes.

5) Inquérito Civil, nº 00918.00006/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Luciano Alessandro Winck Gallicchio, da Promotoria de Justiça de Triunfo, com a finalidade de apurar prejuízo ao erário e atentando contra os princípios da administração pública, por retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício.

6) Inquérito Civil, nº 00765.00010/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Suzane Hellfeldt, da Promotoria de Justiça de Espumoso, com a finalidade de investigar possíveis irregularidades em contratação pública, oriundas de denúncia efetuadas na Ouvidoria do Ministério Público, por meio do PR.01229.03415/2012-3.

7) Inquérito Civil, nº 00829.00069/2012, instaurado pela Promotora de Justiça Luciana Maria Ribeiro Alice, da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, com a finalidade de investigar possível irregularidade em vantagem funcional autoconcedida pela Diretoria da CEEE.

8) Inquérito Civil, nº 00864.00013/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça em substituição Ricardo Lozza, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria, com a finalidade de apurar suposto ato de improbidade administrativa praticada por servidor municipal.

9) Inquérito Civil, nº 00861.00072/2012, instaurado pela Promotora de Justiça Danieli de Cássia Coelho, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul, com a finalidade de verificar eventual violação do princípio de ingresso no serviço público via seleção, acometida ao Município de Santa Cruz do Sul.

10) Inquérito Civil, nº 00717.00029/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Frederico Carlos Lang, da Promotoria de Justiça de Arvorezinha, com a finalidade de verificar possível irregularidade no pagamento de indenização referente à desapropriação de terreno, em Município.

11) Inquérito Civil, nº 00723.00044/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Alécio Silveira Nogueira, da Promotoria de Justiça Cível de Bento Gonçalves, com a finalidade de apurar a regularidade do Pregão Presencial nº 101/2012.

12) Inquérito Civil, nº 00723.00056/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Alécio Silveira Nogueira, da Promotoria de Justiça Cível de Bento Gonçalves, com a finalidade de viatura pública por funcionários do IPURB.

13) Inquérito Civil, nº 00723.00055/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Alécio Silveira Nogueira, da Promotoria de Justiça Cível de Bento Gonçalves, com a finalidade de apurar a suposta utilização indevida de recursos da vigilância sanitária municipal.

14) Inquérito Civil, nº 00783.00048/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Daniel Martini, da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí, com a finalidade de averiguar possível improbidade administrativa por ausência de cobrança de débitos do Colendo Tribunal de Contas Estadual, do ex-Gestor do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de Gravataí/RS - IPAG.

15) Inquérito Civil, nº 00829.00021/2012, instaurado pela Promotora de Justiça Martha Weiss jung, da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, com a finalidade de investigar eventuais irregularidades no âmbito da PROCEMPA, relacionadas às áreas de recursos humanos e contratos.

16) Inquérito Civil, nº 00895.00001/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Belmiro Pedro Marx Welter, da Promotoria de Justiça Cível de São Luiz Gonzaga, com a finalidade de investigar ocorrência de Improbidade Administrativa no município de São Nicolau, referente à prestação de contas do exercício de 2009.

17) Inquérito Civil, nº 00895.00002/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Belmiro Pedro Marx Welter, da Promotoria de Justiça Cível de São Luiz Gonzaga, com a finalidade de investigar apuração de possíveis irregularidades nas compras, distribuição e destinação de merenda escolar, que pode, em tese, configurar improbidade administrativa.

18) Inquérito Civil, nº 00899.00001/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça em substituição Sandro Loureiro Marones, da Promotoria de Justiça de São Sepé, com a finalidade de apurar irregularidades, ilegalidades e/ou ofensas aos princípios administrativos, bem como possível prática de atos de improbidade administrativa, ocorridas no Concurso Público do Município de Formigueiro (Edital 01/2012), realizado em 04/03/2012, pela empresa IDRH.

19) Inquérito Civil, nº 00829.00072/2012, instaurado pela Promotora de Justiça Martha Weiss Jung, da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, com a finalidade de investigar possíveis irregularidades na conduta de Procuradoras do Município de Porto Alegre, em processo de execução fiscal.

20) Inquérito Civil, nº 00829.00044/2012, instaurado pela Promotora de Justiça Martha Weiss Jung, da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, com a finalidade de investigar possíveis irregularidades na execução do Programa "Estado na Estrada" - Lote n° 07 - do DAER.

21) Inquérito Civil, nº 00829.00065/2012, instaurado pela Promotora de Justiça Martha Weiss Jung, da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, com a finalidade de investigar possíveis irregularidades na inclusão intempestiva de Fornecedores suspensos no CFIL/RS. Tramitação de Processos e Deliberação sobre aplicação de Sanções Administrativas. Falhas no controle de emissão do CFE e da senha para participação de pregão eletrônico.

22) Inquérito Civil, nº 00864.00017/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Ricardo Lozza, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria, com a finalidade de apurar responsabilização dos investigados na implementação e regularização do loteamento irregular situado no Bairro Chácara das Flores.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de abril de 2013.

TÊMIS LIMBERGER,

Coordenadora Substituta do Centro Operacional Cível e de Defesa do Patrimônio Público.

De acordo.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul

Porto Alegre, 17 de abril de 2013. www.mp.rs.gov.br Edição n° 1161

Súmula do Primeiro Aditivo ao Termo de Cooperação n.º 004/2011-DEC
PR.00686.00405/2012-5

Signatários: Ministério Público, Poder Judiciário, Defensoria Pública, Procuradoria-Geral do Estado e Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Rio Grande do Sul. **Objeto**: Prorrogação da vigência do ajuste original, que implementou e viabilizou a realização de ações voltadas à cultura da pacificação, com incentivo às práticas não adversariais de solução de conflitos, como a conciliação e a mediação, no Estado do Rio Grande do Sul. **Prazo de vigência**: 12 (doze) meses, a contar de 02-12-2012. **Repasse e contrapartida**: Não envolve transferência de recursos financeiros.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 16 de abril de 2013.

IVORY COELHO NETO,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais, em substituição.

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

AVISO N.º 02/2013-CE

A **COMISSÃO ELEITORAL**, na forma do artigo 4º, parágrafo 11, da Lei nº 7.669, de 17 de junho de 1982 – Lei Orgânica do Ministério Público do Rio Grande do Sul, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 11.350, de 12 de julho de 1999, e artigo 6º do Provimento nº 17/2013 (publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público de 14/03/2013, torna pública a nominata final dos candidatos à formação da lista tríplice para escolha do Procurador-Geral de Justiça – Gestão 2013/2015, que estará disposta na cédula, em ordem alfabética, conforme previsão legal:

I – Antônio Carlos de Avelar Bastos;

II – Eduardo de Lima Veiga;

III – Fabiano Dallazen.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de abril de 2013.

SÉRGIO GUIMARÃES BRITTO,
Procurador de Justiça,
Presidente da Comissão Eleitoral.

Registre-se e publique-se.

MARÍLIA COHEN GOLDMAN,
Promotora-Assessora.

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

PROCESSO SELETIVO DE ESTUDANTES PARA O QUADRO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CURSO SUPERIOR – DIREITO

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES
DIVULGAÇÃO LOCAL DE PROVA

EDITAL 02/2013 – SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

A Promotora de Justiça RAQUEL MARCHIORI DIAS, Diretora da Promotoria de Justiça de São Sebastião do Caí, responsável pelo processo seletivo, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Provimento nº 66/2011-PGJ-RS, e com base no Regulamento do Programa de Estágios do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, **RESOLVE**:

I - TORNAR PÚBLICA a homologação das inscrições para o processo seletivo de estagiários de nível superior do curso de Direito para atuarem junto às **Promotorias de Justiça de São Sebastião do Caí (1ª e 2ª Promotorias), conforme Anexo I**.

II – DIVULGAR informações referentes à realização da Prova, conforme segue:

a) Data: 24/04/2013 (quarta-feira);

b) Local: Rua São Lourenço, 1.120, centro, São Sebastião do caí

c) Horário de Realização: às 14 horas, com duração de 03 (três) horas;

d) Documentação necessária: comprovante de inscrição, documento oficial de identidade com foto e caneta esferográfica de tinta preta ou azul.

III – RESSALTAR que durante a realização das provas não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (*bip, walkman, agenda eletrônica, notebook, palm-top, receptor, gravador, mp3 player, ipod, ipad* ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares, livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.

São Sebastião do Caí, 16 de abril de 2013.

RAQUEL MARCHIORI DIAS,
Diretora da Promotoria de Justiça de São Sebastião do Caí,
Responsável pelo Processo Seletivo.

ANEXO I

EDITAL 01/2013 – SÃO SEBASTIÃO CAÍ

INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS

Nome do Candidato	Nº Inscrição	Turno de estágio a que concorre
Kátia Elisângela de Oliveira Inácio	01	INTEGRAL
Bruna Thaís da Silva	02	INTEGRAL
Gabriel Sarmento	03	INTEGRAL
Tatiana Bohn	04	INTEGRAL
Deise Cristine de Souza	05	INTEGRAL
João Kirch	06	INTEGRAL
Ana Paula Adam	08	INTEGRAL